

Ambiente Urbano – Representações Sociais e Cidadania

Concepções, Problemas e Responsabilidades Ambientais em Lisboa¹

José Luís Casanova *

Resumo: apresentam-se alguns resultados de pesquisa sobre as concepções que os lisboetas têm sobre ambiente urbano, que problemas identificam neste âmbito relativos à sua cidade, quem responsabilizam pela degradação do ambiente urbano em Lisboa, e como participam enquanto cidadãos na promoção desse ambiente urbano

Palavras-chave: ambiente urbano; Lisboa; representações sociais; cidadania.

Representações Sociais de Ambiente Urbano

Enquadramento

O ambiente urbano está hoje bastante difundido nos meios científicos, técnicos e políticos enquanto objecto de problematização, conceptualização e intervenção. Em 1990, no Livro Verde Sobre o Ambiente Urbano (Comissão das Comunidades Europeias, 1990), organizavam-se os temas enquadráveis nesta noção em três pontos: poluição urbana: ar, água, ruído, solo, resíduos; ambiente construído: estradas, ruas, edifícios, espaços abertos, áreas recreativas e natureza: espaços verdes e *habitats* naturais na cidade.

Se já aí se fazia apelo a um tratamento da questão que fosse além de uma abordagem sectorial, muitas outras contribuições posteriores foram destacando outras dimensões do tema, nomeadamente as que remetem para questões de ordem mais social. Neste sentido, Maria do Rosário Partidário defende uma perspectiva sistémica que envolva componentes físicas, sociais e económicas (Partidário, 1993), e Vítor Matias Ferreira sugere a articulação entre ambiente físico e ambiente social na conceptua-

lização do *ambiente urbano*, distinguindo-a do *ambiente urbano* em que se limita a problematização aos índices ambientais de carácter físico (Ferreira, 1994). Esta distinção entre *ambiente urbano* e *ambiente do urbano* contribui ainda para pôr em causa um dos pressupostos genéricos presente em grande parte da literatura científica e técnica neste âmbito: o de que a noção de *ambiente urbano* está essencialmente associada à de *ambiente* em geral, de que se trata de uma especificação meramente espacial ou geográfica do conceito global de ambiente.

Importa registar, entretanto, que a noção de *ambiente urbano* representa uma peça relativamente nova no jogo social e simbólico, e no trabalho cognitivo², havendo todo o interesse sociológico não apenas em elaborar a sua conceptualização mas também em observar como esta noção é introduzida e utilizada no jogo social a partir dos diversos sectores.

Uma das virtualidades do trabalho dos cientistas sociais – poder confrontar as suas classificações com as classificações desenvolvidas pelo seu objecto – permite ainda discutir a delimitação dos conceitos com conhecimento das representações sociais³ que lhes estão associadas, ou seja, tendo em conta as dimensões

* Assistente do Departamento de Sociologia do ISCTE; investigador do OBSERVA e do CET. Contacto: jose.casanova@iscte.pt.

¹ Neste artigo recuperam-se alguns dos resultados de pesquisa desenvolvida no quadro de um projecto de investigação integrado no Programa OBSERVA, financiada pelo IPAMB, e que teve enquadramento institucional do CET. Resultados mais detalhados da pesquisa podem ser consultados em Ferreira et alii (2000). Dada a norma para a dimensão do artigo optou-se por não integrar aqui tabelas nem gráficos com resultados, que constam do relatório referido.

² A questão do ambiente urbano conquistou uma identidade sobretudo a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, mas só muito recentemente ganha dimensão no discurso institucional e no quotidiano em Portugal.

³ O conceito de representações sociais tem sido desenvolvido no âmbito das ciências sociais (por exemplo, por João Ferreira de Almeida, Jorge Correia Jesuino, Jorge Vala, José Madureira Pinto, Pierre Bourdieu ou Serge Moscovici) designando, genericamente, ideias e concepções que as pessoas fazem sobre a realidade. Estas ideias e concepções constituem um mapa que serve de guia das práticas e comportamentos, e estão associadas a características sociais dessas pessoas. O tema foi proposto por Émile Durkheim, com a introdução do conceito de “representação colectiva”.



Foto de Pedro Letria in *Lisboa Anos 90*, imagem de Arquivo, (C. M. Lisboa - Cultura)

simbólicas e ideológicas alargadas desses conceitos. Trata-se, no fundo, de tornar o conhecimento mais reflexivo.

Tais diferenças de concepção de *ambiente urbano* resultam seguramente de diferentes formas e graus de exposição e interesse relativamente ao tema, sugerido pela escola, pelo desenvolvimento científico, pelas instituições e organizações com intervenção nesta área, ou pelos *media* (Schmidt, 1999). Essas diferenças de concepção estarão, pois, associadas a formas de classificação (de divisão e de visão)⁴ da realidade que as pessoas aprenderam a mobilizar de acordo com a especificidade das suas experiências sociais, e que dependem ainda da posição que os indivíduos têm no ciclo de vida, do grau de escolarização que atingiram, do volume e tipos de recursos que detêm ou das particularidades do seu quadro de vida quotidiano. É sobretudo para este último conjunto de influências que vamos dirigir a nossa atenção neste estudo⁵.

Com este objectivo, numa das primeiras perguntas que foi feita no inquérito por questionário à população da metrópole de Lisboa⁶ que constitui a base empírica deste texto, pediu-se aos inquiridos que dissessem o que significava para eles falar-se de *ambiente urbano*. Esta pergunta foi feita de forma aberta, permitindo, pois, a maior amplitude possível na resposta, de forma a captar-se o máximo de diferenças das representações sociais sobre o tema. Tratou-se, depois, de analisar essas diferenças de concepção e de perspectiva, de “definições” sociais da noção, e de identificar os sectores sociais que sustentam cada uma dessas perspectivas. Depois de uma primeira leitura das respostas dadas, que permitiu ter uma primeira visibilidade da enorme amplitude dessas respostas, optou-se por uma análise de conteúdo das representações de ambiente urbano estruturada em função de quatro dimensões: o nível de incidência, a conotação, o referencial e as noções associadas⁷.

⁴ Expressão ilustrativa do que está aqui em causa frequentemente utilizada por Pierre Bourdieu.

⁵ Não se pretende, com isto, exercitar uma postura construtivista em que os problemas de ambiente urbano fossem encarados como meras representações determinadas pelas posições sociais dos agentes; trata-se, antes, de avaliar a importância das características sociais desses agentes na construção dessas representações.

⁶ Este inquérito por questionário à população da metrópole de Lisboa constitui uma das técnicas de recolha de informação do projecto original *Ambientes Urbanos em Lisboa*. Foram inquiridos 826 residentes na metrópole de Lisboa a partir de uma amostragem por quotas, quotas estas que representam “bairros” específicos seleccionados em função da sua localização no território da metrópole (localização “central”, no concelho de Lisboa, ou “periférica”, fora do concelho de Lisboa), e das condições de habitação (“qualidade” e “tipo de alojamento”).

⁷ Alguns dos eixos analíticos aqui propostos foram já utilizados noutros estudos similares - ver, por exemplo, Almeida (2000) e Schmidt (1999).

Nível de incidência – a cidade como foco

Relativamente ao nível de incidência das representações sociais de *ambiente urbano*, distinguiram-se três modalidades – global, local e indefinido⁸.

A análise dos resultados permite-nos observar que o peso da incidência global nas representações de *ambiente urbano* é maioritário em todos os escalões etários considerados. Vai, contudo, decrescendo com a idade dos inquiridos excepto no caso dos que têm entre 36 e 49 anos que apresentam um valor percentual um pouco superior ao do escalão dos que têm entre 24 e 35 anos. É nos que têm 65 anos ou mais que as representações locais parecem ter algum significado, mas os valores absolutos envolvidos são demasiado pequenos para que este resultado seja mais do que ilustrativo. O dado conjuntural que sobressai é o “globalismo” das representações dos inquiridos com idades entre 36 e 49 anos. Note-se que se trata de indivíduos que eram jovens em 25 de Abril de 1974. As diferenças de idade, socialmente marcadas pelas gerações e conjunturas históricas, têm aqui, pois, alguma relevância.

Sempre maioritária, a representação global de *ambiente urbano* entretanto, cresce inequivocamente com a escolaridade – o desenvolvimento do capital escolar implica um alargamento do conhecimento e da visibilidade sobre as questões relativas ao ambiente urbano e um acentuar de problematizações, envolvimento e investimentos simbólicos que extravazam o meio de vivência imediato. Já a incidência local das representações não segue um padrão tão claro em relação à escolarização, tendo um maior peso percentual em graus de escolaridade intermédios (2º e 3º ciclos do ensino básico).

As representações globais de *ambiente urbano* são também dominantes em todas as classes sociais consideradas⁹. Têm, no entanto,

um peso mais significativo nos empresários, dirigentes e liberais, e nos profissionais técnicos e de enquadramento, e um significado menor entre os operários, trabalhadores independentes e empregados executantes. As representações locais têm algum significado entre os trabalhadores independentes, ainda que diminuto em termos de valores absolutos.

As diferentes classes sociais retidas nesta análise não parecem, pois, mobilizar representações de *ambiente urbano* em níveis de incidência distintos. Note-se que, tratando-se de uma amostra recolhida exclusivamente na metrópole de Lisboa, estamos a falar de classes sociais num meio estritamente urbano, o que certamente parcializa estes resultados.

As representações globais de *ambiente urbano* estão mais presentes nos inquiridos que se autoposicionam politicamente no centro (centro-direita e centro-esquerda) e menos nos extremos da escala (direita e esquerda). As representações locais (sempre com valores absolutos residuais) têm algum significado nos extremos (extrema-esquerda e extrema-direita). Ainda que a diferença que separa este peso das modalidades centrais seja pequena, a regularidade observada parece justificar a sua menção: as diferenças no nível de incidência das representações sociais de *ambiente urbano* não distinguem a esquerda da direita – antes parecem associar-se a posições politicamente mais centrais ou mais extremadas.

Um dos resultados gerais desta análise é a dominância das representações globais de ambiente urbano que é transversal às variáveis de caracterização mais usuais¹⁰. As representações locais estão presentes, mas são sempre minoritárias. Ou seja, para os inquiridos falar de ambiente urbano é falar de questões que têm mais a ver com a globalidade do meio urbano e não tanto com o espaço físico de vivência imediato (como a sua rua, o bairro, etc.).

⁸ O nível global integra respostas onde estão presentes aspectos alargados da noção tais como “ambiente da cidade”, “meio urbano”, “sociedade”; o nível local agrega respostas que remetem para aspectos que não ultrapassam o espaço físico de vivência imediato, tais como “onde moramos”, “problemas do bairro”, “vizinhança”, “aquilo que rodeia a habitação”; o nível indefinido aglutina respostas mais abstractas que não se incluem claramente nem no nível global, nem no local, tais como “o que existe à nossa volta”, “ambiente em que crescemos”, “local em que estamos inseridos”.

⁹ As classes sociais aqui consideradas correspondem a um modelo desenvolvido por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado. Vale a pena dar conta dos conteúdos das modalidades consideradas. Quanto aos empresários, dirigentes e liberais esse conteúdo é relativamente óbvio: estamos a falar de empresários de grandes empresas, de dirigentes de topo e de profissionais liberais. Os profissionais técnicos e de enquadramento são assalariados com graus de escolaridade elevados e responsabilidades científicas, técnicas ou de chefia. Os trabalhadores independentes recobrem fundamentalmente trabalhadores por conta própria ou proprietários de pequenos empreendimentos, muitas vezes familiares, tais como comerciantes, camponeses ou artesãos. Os empregados executantes são assalariados dos serviços sem responsabilidades de chefia nem atribuições técnicas. Os operários integram os assalariados com menores recursos que trabalham directamente na produção ou na distribuição.

¹⁰ Estes resultados percentuais relativos à totalidade da amostra não são directamente extrapoláveis para a população da metrópole de Lisboa, já que a amostra não é representativa. Contudo, tais resultados constituem indicações importantes sobre esse universo enquanto pistas para o seu conhecimento global. As variáveis apresentadas são aquelas que demonstraram introduzir variações relevantes nas respostas dos inquiridos. A variável sexo, por exemplo, não se mostrou discriminativa e, portanto, não é mobilizada na análise.

Mas para alguns, de facto, as questões de ambiente urbano são as que dizem sobretudo respeito à sua casa e arredores. Algum desconhecimento sobre os trâmites em que o tema é mobilizado institucionalmente e um maior envolvimento nas questões do local em que vivem relativamente às questões da cidade concorrem certamente para esta visão. Note-se que é entre os inquiridos mais velhos, com graus de escolaridade intermédios, que são trabalhadores independentes e que mais se identificam com os extremos políticos que as representações locais têm maior peso, em contraponto aos mais novos ou com idades entre os 36 e os 49 anos, com o ensino superior, que são empresários, dirigentes e liberais, ou profissionais técnicos e de enquadramento, e que se identificam com o centro político, que se destacam nas representações globais.

A mobilização cívica e a cidadania, numa acepção sumária, envolvem preocupações e práticas, tanto a um nível global como a um nível local na cidade, como é óbvio. Estes níveis não constituem polarizações no que respeita à cidadania. Mas presume-se que as preocupações mais globalistas envolvem também uma atenção ao nível local, enquanto o centramento nas questões locais poderá remeter para algum retraimento neste plano.

Em contraponto à dominante “globalista” nas representações de *ambiente urbano*, os resultados de um inquérito nacional sobre o tema do “ambiente” (não sobre o *ambiente urbano*), entretanto, parecem desvelar uma visão sobretudo “localista” das questões ambientais¹¹.

Relembremos, no entanto, que o nível “global” no presente estudo sobre ambiente urbano circunscreve, fundamentalmente, “a cidade”. Ou seja, os que vivem num meio urbano produzem uma noção de “ambiente” urbano-centrada (o ambiente urbano) sublinhando, assim, o nível de análise da cidade enquanto fonte e destinatária privilegiadas de alterações ambientais e de preocupações com o ambiente. Os urbanitas

manifestam, pois, uma sensibilidade particular a questões de ambiente não associadas ao seu meio imediato mas à cidade como um todo, sensibilidade esta que tem equivalente numa problemática política, científica, técnica e mediática – a do ambiente urbano.

Conotação – o mau ambiente urbano

No que diz respeito à conotação incorporada nas respostas à pergunta que foi feita aos inquiridos sobre o significado de *ambiente urbano* distinguiram-se três modalidades: positiva, negativa e dupla. A estas acrescentou-se o registo da ausência de conotação e de tomadas de posição¹².

Seja qual for a classe social do respondente, a hierarquia das categorias é sempre a mesma: em primeiro lugar vem a ausência de conotação, a que se segue a conotação negativa e depois a positiva. Com valores próximos do residual vêm então as tomadas de posição e a conotação dupla.

Há, no entanto, algumas variações percentuais a merecer registo: nas conotações positivas destacam-se os empresários, dirigentes e liberais enquanto nas negativas as classes sociais que sobressaem são os trabalhadores independentes, os operários e os empregados executantes.

Se analisarmos agora a variação nas conotações conforme a localização e qualidade das condições da habitação dos inquiridos¹³ verifica-se que, nos casos dos que vivem na metrópole mas fora do concelho de Lisboa, e em habitações com más condições e dos que vivem em habitações com elevadas condições no concelho de Lisboa, as representações são maioritariamente negativas e não “sem conotação” como nos restantes casos (ainda que por diferenças pequenas).

Paradoxalmente, é nos extremos desta tipologia que aparece a predominância das conotações negativas na representação de *ambiente*

¹¹ Ver Almeida (2000, capítulo I). A comparação directa de resultados não é, contudo, possível, pois a análise de conteúdo das respostas às perguntas abertas equivalentes nos dois questionários não seguiu exactamente os mesmos trâmites.

¹² As conotações positivas correspondem a respostas como “bem-estar nas cidades” ou “maior entendimento entre pessoas”. Trata-se de respostas que exibem exclusivamente aspectos positivos associados à noção. As conotações negativas, por oposição às positivas, identificam respostas como “confusão, poluição, stress” ou “descuidos e maus tratos que o homem tem dado à natureza”; a modalidade “dupla” integra respostas que acumulam os dois casos anteriores e inclui respostas como “em termos ideais significa qualidade de vida, em termos reais significa falta de qualidade de vida”, “ambiente que se vive nas cidades com todas as suas desvantagens (poluição e trânsito) e vantagens (mobilidade, distração, cultura”); a ausência de conotação refere-se às situações em que a representação de ambiente urbano não é classificável como positiva ou negativa (inclui respostas como “o que tem a ver com a vida citadina”, “culturas diferentes, grande aglomerado de pessoas”, “onde moramos”); criou-se uma modalidade para as representações que denotam uma tomada de posição para identificar as respostas que se caracterizam por suscitarem uma acção ou intervenção (respostas como “não haver lixo nas ruas para as pessoas poderem passar”, “conjunto de condições que devem mudar para se viver melhor”).

¹³ “Alguns tratamentos estatísticos que se fizeram previamente mostraram que a análise em termos de centro/periferia da metrópole (dentro/fora de Lisboa) não diferenciava significativamente as respostas dos inquiridos.

urbano. No caso dos que vivem na periferia da metrópole e em más condições de habitação este resultado não precisa de outra explicação. No caso dos que vivem em Lisboa e que têm elevadas condições de habitação (caso dos residentes na Lapa, Avenidas Novas, Carnide, Restelo e S. João de Brito) esta representação negativista do ambiente urbano não decorre seguramente das condições privilegiadas em que habitam. Este “negativismo” pode ficar a dever-se, por exemplo, a uma maior exigência associada a expectativas não realizadas neste campo ou à dissonância entre as condições privilegiadas em que habitam e os problemas que, em geral, a vida na cidade de Lisboa implica, como é o caso da circulação e das acessibilidades.

Nas restantes situações a ausência de conotação negativa ou positiva é sempre maioritária. Registe-se, entretanto, o caso único dos inquiridos que vivem em Lisboa (Almirante Reis, Encarnação, Belém e casas de cooperativas em Chelas) com condições médias de habitação em que, a seguir à ausência de conotação, sobressai o peso das conotações positivas; uma análise por bairro permite-nos concluir que esta conotação positiva é sustentada sobretudo pelos inquiridos que vivem em Belém.

No que se refere às variações entre os diversos bairros verifica-se precisamente que as conotações positivas têm maior presença nos inquiridos que residem em Belém (em moradias) e nas Avenidas Novas (em andares de elevada qualidade habitacional). A conotação negativa tem maior expressão entre os inquiridos de Odivelas e Loures.

Numa outra pergunta do questionário perguntou-se aos residentes na metrópole onde é que se vive melhor em Lisboa, Belém e as Avenidas Novas estão entre os mais votados. A conotação positiva atrás registada da representação de *ambiente urbano* entre os habitantes de Belém e das Avenidas Novas demonstra que existe convergência de opiniões entre os que aí residem e os restantes inquiridos no que toca à qualidade ambiental destas zonas.

A conotação parece não variar significativamente com o autopoicionamento político dos respondentes. Porém, se agregarmos o número de inquiridos em todas as categorias da esquerda e da direita verifica-se que as conotações positivas têm um peso ligeiramente superior na direita,

enquanto as negativas sobressaem um pouco na esquerda.

As conotações duplas, que incluem aspectos positivos e negativos – reflectindo, pois, visões mais relativistas do mundo – têm algum significado nos profissionais técnicos e de enquadramento.

Em geral, a maioria dos inquiridos não associa, pois, qualquer conotação à representação de *ambiente urbano* o que não é surpreendente já que não se perguntou aos inquiridos para avaliar a qualidade do ambiente urbano mas sim para dizerem o que isso significava para eles. Existem, contudo, alguns inquiridos que incorporam uma conotação negativa nessa representação e outros que lhe dão uma conotação positiva. Mais directa e nitidamente que a classe social ou o autopoicionamento político, são a localização e as condições da habitação que introduzem as maiores variações no âmbito das conotações nas representações sociais de *ambiente urbano*¹⁴.

No inquérito nacional de 1997 já referido fez-se uma pergunta semelhante àquela que estamos aqui a analisar, mas relativa ao “ambiente” em geral. As representações sociais de “ambiente” apuradas neste inquérito têm uma conotação maioritariamente positiva (seguida de perto pela negativa) (Almeida, 2000: capítulo I), contrariamente às representações de *ambiente urbano* que apresentámos. No entanto, quer entre os residentes na Grande Lisboa, quer entre os do Grande Porto a conotação negativa do “ambiente” sobrepõe-se, em peso percentual, à conotação positiva, nos resultados do inquérito nacional. Ou seja, são os habitantes do resto do país, essencialmente de meios rurais, que sustentam uma conotação positiva da noção de “ambiente”, enquanto os que residem nas áreas urbanas e metropolitanas conotam negativamente tanto o “ambiente” como o *ambiente urbano*. A negatividade das conotações surge, pois, neste âmbito como uma expressão da população urbana e não como especificidade das representações sociais de *ambiente urbano*. Resultados do mesmo inquérito nacional mostram ainda que a maioria dos portugueses, sejam de meios urbanos ou rurais, acha que é no campo que se vive melhor, e que é no campo que há melhor ambiente em Portugal (Almeida, 2000: capítulo II).

Os residentes em meios urbanos têm, pois, uma visão predominantemente negativa relativa-

¹⁴ O que mostra que, para a modelação das visões sobre o *ambiente urbano*, contribuem as especificidades do quadro de vida.

mente ao estado do ambiente, e sobretudo relativamente ao ambiente no meio em que vivem, ressaltando como menos mau o ambiente no campo. Os que vivem em meios rurais têm uma visão globalmente positiva do ambiente em geral. Estes resultados mostram, muito simplesmente, que as diferenças nas condições ambientais objectivas entre os meios urbano e rural encontram reflexo nas representações sociais e nas avaliações dos agentes.

Referencial – o ambiente social

No que respeita ao referencial das representações de *ambiente urbano*, distinguiram-se quatro referenciais – biofísico, social, socio-biofísico, e indefinido¹⁵.

Não contando com as respostas indefinidas (que são em geral as que têm maior peso mas que não iremos aqui analisar), verifica-se que, se o referencial social é quase sempre dominante nos diversos graus de escolaridade, a passagem do 3º ciclo do ensino básico para o ensino secundário assinala a perda de alguma relevância do referencial estritamente biofísico para o referencial sociobiofísico.

Numa apreciação geral pode dizer-se que, se excluirmos os que não sabem ler nem escrever, com o aumento do capital escolar diminui globalmente a probabilidade de se pensar sobre o ambiente urbano em termos estritamente biofísicos. A escolarização constitui sobretudo um factor de abertura do referencial, privilegiando-se nos graus mais elevados o referencial sociobiofísico, que integra as diversas componentes analisadas.

Entre os empresários, dirigentes e liberais o referencial das representações de *ambiente urbano* com maior peso é o social, a que se segue o sociobiofísico¹⁶. Nos profissionais técnicos e de enquadramento é o sociobiofísico que é ligeiramente maioritário, seguido do social. Nos trabalhadores independentes há um certo equilíbrio entre os diferentes referenciais (com um ligeira predominância do social). As representações dos empregados executantes e dos

operários situam-se fundamentalmente num referencial social, a que se seguem o sociobiofísico, e o biofísico. O biofísico é, em geral, o que tem menos peso entre as diversas classes sociais.

Ou seja, tendencialmente os profissionais técnicos de enquadramento, classe em que o referencial sociobiofísico é mais característico, são, pois, os que exprimem uma maior abertura na definição de *ambiente urbano*¹⁷.

Se analisarmos agora as variações dos referenciais com o autopoicionamento político dos inquiridos verificamos que, em geral, na esquerda predomina o referencial social seguido do referencial sociobiofísico, enquanto na direita há um certo equilíbrio entre os referenciais onde sobressaem ligeiramente o sociobiofísico, e o biofísico. A diferença mais clara é entre os referenciais menos utilizados: o estritamente social na direita e o estritamente biofísico na esquerda. Isto é, entre os inquiridos que se identificam politicamente com a esquerda minimiza-se o fechamento das representações de ambiente urbano na dimensão biofísica do *ambiente urbano*, enquanto na direita é o fechamento no referencial social que é minimizado.

Como resultados globais desta análise temos, desde logo, a importância dos temas sociais nesta problemática: quando os nossos inquiridos, habitantes de um meio urbano, falam de *ambiente urbano*, falam muito dos relacionamentos sociais entre pessoas. O referencial biofísico, sobretudo se isolado da problemática social, se está presente mantém-se numa posição de menor peso relativo. Estas preocupações não são suficientemente contempladas nos temas fixados no Livro Verde Sobre o Ambiente Urbano referido no início deste texto, e, provavelmente, não têm suscitado uma atenção institucional equivalente à importância que parecem ter entre os cidadãos.

Entretanto, estes resultados distanciam-se do que se observou a nível nacional com o inquérito sobre ambiente: nos resultados nacionais o ambiente em geral é representado maioritariamente como biofísico (a que se segue o referencial sociobiofísico e só depois o social)

¹⁵ O referencial biofísico integra apenas elementos físicos ou biológicos ou seja respostas como “espaços verdes”, “poluição”, “habitação”, “a natureza que subsiste nas cidades”, “o lixo nas ruas”; o referencial social inclui exclusivamente respostas como “pessoas”, “educação”, “modos de vida”, “melhoria de relacionamento sem pôr em causa as raízes das pessoas”; o sociobiofísico, que é o referencial mais lato, contempla respostas que juntam elementos das duas modalidades anteriores tais como “as casas, os jardins, as pessoas”, “um espaço grande com muitas pessoas e animação”, “meio urbano degradado, individualismo”, “poluição, pouco contacto inter-individual”; o referencial indefinido agrega respostas mais abstractas que não se incluem claramente em nenhum dos restantes referenciais, tais como “o meio em que se vive”, “um ambiente muito desenvolvido em relação ao ambiente rural”.

¹⁶ Excluindo sempre as respostas indefinidas.

¹⁷ As diferenças de pesos entre estes referenciais nas diversas classes sociais é, contudo, pequena (se exceptuarmos o caso dos empregados executantes) o que condiciona um pouco estes resultados.

(Almeida, 2000: capítulo I). Agora, esta hierarquia nos pesos dos diferentes referenciais mantém-se mesmo entre os residentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Ou seja, não há diferenças entre a população urbana e a população rural no que toca aos referentes que mobilizam quando falam em ambiente – os elementos de carácter biofísico prevalecem sempre. A prevalência global de elementos biofísicos nas representações sociais do «ambiente» encontra um paralelo nos referentes fornecidos pelos *media*: Luísa Schmidt mostrou como nas emissões televisivas se associa *ambiente e natureza*, formando uma conjunção (“ambiente-natureza”) omnipresente e inquestionada (Schmidt, 1999: capítulo 7) (correspondência que remete para um debate actual fundamental: o das relações entre configurações culturais alargadas e o papel dos media).

Noções associadas – condições e qualidade de vida

Depois de se ter verificado durante a leitura do conjunto das respostas ao questionário sobre ambiente urbano que alguns inquiridos falam em *condições de vida* e outros em *qualidade de vida* nas suas “definições” de ambiente urbano, decidiu-se fazer uma análise destas associações¹⁸.

Estas diferentes associações de noções não parecem depender nem da idade, nem do capital escolar dos inquiridos: em todos os casos é dominante a associação de *ambiente urbano* a *ambiente urbano*, com pequenas variações entre as diversas modalidades.

No que respeita à condição perante o trabalho, as associações com «condições de vida» destacam-se relativamente às associações com «qualidade de vida» nos casos dos desempregados e estudantes-trabalhadores, sobretudo, mas também dos reformados. A associação com «qualidade de vida» tem maior peso relativo nos inquiridos que exercem uma profissão, estudam ou se ocupam das tarefas do lar.

Na análise das respostas por classe social, observa-se que apenas entre os operários se associa mais a noção de *ambiente urbano* à de *condições de vida* do que à de *qualidade de vida*;

nas restantes classes sociais a associação à «qualidade de vida» é sempre maioritária, se bem que mais expressiva entre os empresários, dirigentes e liberais, e quase a par do peso da associação com as *condições de vida* nos profissionais técnicos e de enquadramento.

A associação da noção de *ambiente urbano* com *condições de vida* ou *qualidade de vida* parece depender, pois, do volume global de recursos dos inquiridos, em particular os que estão relacionados com a sua posição sócio-profissional, como é o caso dos recursos económicos.

A associação com a noção de «condições de vida» é igualmente mais viva em respondentes que vivem fora de Lisboa (Loures e Pedreira dos Húngaros) e com más condições de habitação, a que se seguem os que vivem em Lisboa com condições médias de habitação.

Apesar de nada ser sugerido neste sentido aos inquiridos na pergunta feita, eles mobilizam para o seu discurso e para as suas “definições” de ambiente urbano noções como as de condições de vida e qualidade de vida. Para estes inquiridos as questões do ambiente urbano estão directamente associadas a questões de condições de vida ou de qualidade de vida. Mais do que isso, a associação feita parece variar conforme as características sociais dos respondentes. Os que trabalham ou estudam, os que têm maiores recursos e as classes médias articulam, no seu quadro de representações sociais, o ambiente urbano e a qualidade de vida. Os reformados e os desempregados, o operariado e os que vivem na periferia da metrópole de Lisboa em más condições de habitação associam ambiente urbano e condições de vida.

Os primeiros parecem manifestar nas suas representações de *ambiente urbano* sobretudo as suas expectativas. Os últimos manifestam os condicionamentos da sua existência e a ausência de expectativas.

Ambientes urbanos na metrópole de Lisboa

As ideias, as concepções, as definições – as representações – que as pessoas associam à noção de *ambiente urbano* são, pois, heterogéneas. Os resultados da análise em termos do nível de incidência, referencial, conotação e noções

¹⁸ Os inquiridos não foram postos perante uma mesma situação de inquérito a este respeito (o que representa um requisito metodológico relevante), e o número de respondentes que refere explicitamente os termos condições de vida ou qualidade de vida é relativamente pequeno face à dimensão da amostra, o que diminui o alcance da análise destes resultados. Contudo, é possível descortinarem-se algumas lógicas sociológicas nos resultados, que aqui têm necessariamente apenas um valor indicativo.

associadas às representações de *ambiente urbano* apontam mesmo para clivagens acentuadas, relacionadas com as diferenças sociais e os quadros espaciais onde as pessoas habitam. Um resultado global deste trabalho é, portanto, o de que as noções que as pessoas têm de ambiente urbano estão muito acentuadas pelas diferenças sociais; trata-se, pois, de um tema pouco relacional, ou seja, dito de outro modo, muito ideologizado.

Volumes e tipos de recursos, sistemas ideológico-simbólicos e quadros de interação têm, pois, incidências claras na formação e diferenciação das representações de *ambiente urbano*, o que sugere a coexistência de ambientes urbanos diversos na metrópole de Lisboa, desde logo nas formas como os seus residentes pensam sobre isso.

Entre a multiplicidade de ambientes urbanos descodificados existe, entretanto, uma concepção dominante que podemos utilizar para discutir a comparatividade entre as noções de ambiente e *ambiente urbano* e apurar algumas das especificidades do ambiente urbano nos sistemas de classificação dos inquiridos.

Resumindo a análise que foi feita em termos de nível de incidência, conotação e referencial, constata-se que as representações dominantes de *ambiente urbano* na metrópole de Lisboa incidem no nível global da cidade, têm conotações negativas¹⁹ e situam-se num referencial social, enquanto as que predominam nacionalmente relativamente ao *ambiente* têm uma incidência mais local, as conotações são positivas e assentam num referencial biofísico. Trata-se não apenas de uma diferença mas de uma verdadeira oposição, termo a termo. Para a população inquirida o ambiente urbano está, pois, longe de ser apenas uma especificação territorial da noção de ambiente, posicionamento que, aliás, tem vindo a ser reforçado consistentemente na teorização sobre ambiente urbano: trata-se de problematizar o meio em que vivemos não apenas enquanto ambiente natural, mas também como ambiente social, sublinhando que mesmo a componente natural desse meio é crescentemente um produto e um *enjeu* social.

Tudo junto, é como se os portugueses quando falam em «ambiente» pensassem fundamentalmente na agradabilidade (conotação positiva) do contexto natural (referencial biofísico) nos meios pequenos (incidência local), e como se os urbanitas quando reflectem sobre o ambiente urbano lhes ocorresse sobretudo o mau

(conotação negativa) relacionamento social entre as pessoas (referencial social) da vida cidadina (incidência global).

Esta oposição não pode, entretanto, ser tomada de forma absoluta, pois estas duas visões não se reportam ao mesmo universo social. Os urbanitas têm, como vimos, uma visão negativista quer do ambiente em geral, quer do ambiente urbano. Mas mesmo aqui, os urbanitas concedem à tendência geral a ideia de que no campo o ambiente é melhor, o que permite retomar a indicação de estarmos perante uma oposição componente de uma configuração cultural alargada e estrutural.

O negativismo social com que muitas vezes se encara a vivência urbana está longe de ser surpreendente. Uma vasta literatura, que não se limita às ciências sociais, retoma regularmente a concepção da cidade como local doentio, sujo, caótico, neurótico, onde impera o individualismo, a falta de solidariedade, a exploração, a competição, lugar da multidão solitária, da ausência de laços, da anomia, do espírito *blasé*, da falta de comunicação, da destruição das disposições comunitárias, etc. O outro lado desta moeda é a concepção do meio rural como saudável, belo, calmo, organizado, solidário, lugar da independência, da cooperação, dos laços comunitários, onde todos se conhecem, todos se falam e todos se ajudam uns aos outros.

Esta polarização representacional ilustra um êxodo rural e agrícola que, para além de ser estruturalmente determinado, é vivido a contragosto, em particular por alguns sectores sociais; apesar de tudo realizado, e justificado sobretudo enquanto estratégia económica e sócio-profissional. A “razão” aconselhava a procurar “melhorar a vida” na cidade. O “coração” ficava com os “laços originais” no campo. Aqueles que deram esse passo parecem estar divididos. As orientações para o projecto não são prosseguidas sem um sentimento de perda crescente do sentido comunitário.

Mas historicamente a cidade não representa apenas um mercado de trabalho atraente e um espaço de oportunidades. É também lugar de (re)produção de objectivos sociais, culturais e políticos como a liberdade, a emancipação, a iniciativa, a cidadania. Alargar o campo dos conhecimentos e relacionamentos, e arriscar cooperar com “o diferente” ou com “o oposto” são orientações sociais que contribuíram para sustentar o processo de urbanização e também

¹⁹ Se excluirmos a ausência de conotação.

alimentaram o êxodo rural e agrícola. A predominância atrás registada das representações globais de *ambiente urbano* relativamente às locais constitui um aspecto desta cultura de cidadania, que se caracteriza em boa parte por romper com o fechamento do paroquialismo. Convém não esquecer que, não há muito tempo, esta valorização relativa da cidade face ao campo chegou a ganhar contornos urbanocêntricos, em que tudo o que fosse relacionado com o campo era tido por provinciano.

Mesmo, hoje, as representações do campo não têm conotações positivas de modo absoluto: num trabalho recente (Almeida et al., 1999), verifica-se que as imagens do campo são ambivalentes – associa-se o campo a sossego, calma e ambiente saudável, mas também é representado como um meio estático e como lugar de monotonia, aborrecimento, pobreza, dificuldades. No entanto, no balanço geral, as perdas hoje associadas à vida rural parecem ter um valor persistente ou, pelo menos, fazem-se ouvir mais alto.

Muitos habitantes em meio urbano procuram, actualmente, ultrapassar essa divisão em que vivem (entre a “cidade” e o “campo”), tentando recuperar, na prática, pedaços de uma espécie de “continente perdido” – privilegiam os fins-de-semana e as férias em meio rural, adquirem segundas residências no campo²⁰, trabalham na cidade mas procuram uma habitação fora da cidade, voltam para “a terra” para viver, trabalhar ou passar a sua reforma. Neste movimento convergem buscas diversas. De um ambiente menos poluído, decerto, de bem-estar, conforto, calma, sossego e possivelmente, também do sentido reclamado da comunidade.

Estamos, sobretudo, perante uma estratégia distintiva, um movimento de retorno à ruralidade (“neo-ruralismo”), a procura de complementaridades entre a vida urbana e a vida no campo, ou a experimentação (e produção) de novas dimensões da urbanidade? A resposta não tem de ser, e não é concerteza, de escolha única. Esclarecer esta questão passará em boa parte por analisar a diversidade de estratégias e de apropriações sociais, relativamente à cidade e ao campo²¹.

No estudo anteriormente referido (Almeida et al., 1999), verifica-se, por exemplo, que os jovens e as mulheres preferem viver na cidade e que as razões para se preferir viver na cidade se prendem com a qualidade de vida material (serviços, infra-estruturas, emprego, acesso à informação, desenvolvimento e mobilidade), enquanto os que têm escolaridades mais elevadas preferem as vilas e as cidades pequenas. Estes resultados sugerem, ilustrativamente, a ideia de que para sectores sociais cuja condição perante o trabalho é, ou tem sido, relativamente periférica, a cidade continua a ser um referencial de inserção social fundamental e de que é nos sectores com qualificações elevadas que o “distanciamento” face à cidade tem maior incidência. Uns procuram a cidade para terem condições de vida, outros procuram o campo para terem qualidade de vida. Diferentes condições sociais procuram posições distintas, ainda, num xadrez em dois tabuleiros (Costa, 1985).

Em termos de grandes tendências, quanto ao ambiente que se vive em meio urbano, tudo indica que as estratégias que aí se foram desenvolvendo, em termos de melhoria das condições de vida e de liberdade de iniciativa não têm sido acompanhadas de igual modo, de acordo com as representações dominantes, por objectivos comunitários.

A resultante problemática é a de que discutir a questão do ambiente urbano passará, necessariamente, por equacionar articuladamente os problemas das condições de vida e da qualidade de vida nos meios urbanos.

Problemas e Diferenças Sociais

As várias áreas disciplinares e os diversos quadrantes administrativos do Estado e das autarquias têm vindo a privilegiar, de uma maneira ou de outra, dimensões mais ou menos particulares de problemas de ambiente urbano.

A delimitação do âmbito em que se inscrevem os problemas de *ambiente urbano*, tal

²⁰ Bonnin e Villanova (1999) questionam, precisamente, a noção de residência secundária, por esta estar longe de exprimir o que representa para os seus habitantes. É pela compreensão das lógicas residenciais que é possível analisar as duas (ou mais) residências na sua relação entre si, nas suas oposições e complementaridades.

²¹ Numa das perguntas do inquérito em Lisboa procurava-se identificar as razões pelas quais os inquiridos pensavam ir viver para fora de Lisboa. Entre os motivos encontrados é de destacar os seguintes: a cidade estar impossível de se viver (32,6%), os valores das casas e das rendas serem mais acessíveis (23,9%), estar mais próximo do campo ou ainda por um conjunto de outras razões não especificadas. São os inquiridos mais jovens e que apresentam níveis de escolaridade medianos e baixos que referem como principais razões a mudança de emprego e o preço das casas. Já os inquiridos mais idosos e mais escolarizados apontam com maior expressividade o facto da cidade estar impossível de se viver e o desejo de estarem mais próximos do campo.

como no caso das representações de ambiente urbano, merece ser discutida atendendo às preocupações das próprias populações. Para além de se dar voz a essas populações relativamente a este assunto e de se ficarem a conhecer as suas sensibilidades específicas, trabalho indispensável à informação de políticas eficientes, podemos, mais uma vez, analisar a inscrição de diversas definições de problemas de ambiente urbano nos sistemas de classificação elaborados por diferentes sectores sociais.

Com estes objectivos, numa pergunta do questionário²² pediu-se aos inquiridos da população da metrópole de Lisboa que identificassem os problemas de ambiente urbano que mais os afectavam no seu quotidiano. Como seria de esperar as respostas foram as mais díspares e a amplitude dessa disparidade mais uma vez constitui uma oportunidade para se conhecerem os parâmetros sociais desta questão.

As respostas válidas foram analisadas focando o referencial desses problemas. São cinco os referenciais fixados: problemas de ordem biológico-psicológica, problemas de utilização do espaço urbano, problemas relativos às condições de vida, problemas económico-financeiros, e problemas de convivialidade / sociabilidade²³.

A predominância dos problemas de ordem biológico-psicológica a que se segue a dos problemas de utilização do espaço urbano é relativamente constante nas análises realizadas. O lugar de destaque dos primeiros deve-se ao facto de se incluir aí a poluição (que foi a resposta mais comum à pergunta formulada) e o grande peso dos segundos fica a dever-se princi-



Foto de Pedro Letria in *Lisboa Anos 90*, imagem de Arquivo, (C. M. Lisboa - Cultura)

palmente às respostas que têm a ver com os problemas de trânsito.

Estes resultados não diferem muito dos que foram apurados no inquérito nacional a partir de uma pergunta semelhante. Também aqui a poluição, sobretudo a que está associada ao automóvel e ao trânsito, aparece à frente dos

²² Esta pergunta, tal como a que remetia para o significado de ambiente urbano, foi feita de forma aberta para permitir uma recolha de respostas o mais diversificada e menos dirigida possível.

²³ Os problemas relativos às condições de vida incluem respostas tais como “desemprego”, “falta de habitação”, “exclusão social”, “falta de transportes públicos”, “racismo”, “falta de saneamento básico”. Esta categoria é, porventura, a mais polémica pois aglutina problemas de áreas relativamente diferentes e possivelmente não inclui alguns problemas que outros observadores achariam justificado integrar nesta modalidade. A ideia fundamental que presidiu à sua concepção foi a de ter em conta não apenas diferenças de tipo mas também diferenças de grau entre os problemas de ambiente urbano, criando uma modalidade de problemas associados à experiência da exclusão, para a poder comparar com outros conjuntos de problemas menos limitadores da vivência em meio urbano. Os problemas de ordem biológico-psicológica, por sua vez, integram respostas como “poluição”, “falta de higiene”, “lixo”, “stress”, “confusão”, “falta de sossego” e a “vida agitada cidadina”; os problemas de convivialidade/sociabilidade agregam preocupações como “falta de civismo” “falta de tolerância”, “insegurança”, “problemas familiares” e “problemas de vizinhança”; os problemas de utilização do espaço urbano abrangem respostas como “trânsito”, “problemas de estacionamento”, “degradação do espaço urbano”; os problemas económico-financeiros incluem as preocupações com “rendas de casa”, “inflação”.

problemas ambientais imediatos (Almeida, 2000: capítulo II). Não há, pois, diferença assinalável entre os maiores problemas de ambiente, em termos gerais e nacionais, e os problemas de ambiente urbano mais enunciados na metrópole de Lisboa – o automóvel e o trânsito encarregam-se de estabelecer a continuidade entre os meios urbano e rural...

O peso dos problemas que, no inquirido na metrópole de Lisboa, remetem para as condições biológico-psicológicas destaca-se, ligeiramente, nos inquiridos que se autoposicionam politicamente à direita e diminui com a escolaridade.

Numa análise pelos diferentes níveis de escolaridade verifica-se que os problemas de ambiente urbano associados às condições básicas de vida aumentam com o grau de escolaridade até ao ensino secundário. Os problemas de ambiente urbano englobados nesta categoria são ainda sublinhados quando passamos da direita para a esquerda, em termos de autoposicionamento político. A enunciação deste tipo de problemas tem maior expressividade nas zonas que apresentam condições de habitação mais desqualificadas (habitação social e habitação precária).

Já os problemas relacionados com a condição de utilização do espaço urbano surgem com maior incidência nos inquiridos mais escolarizados, nos que se autoposicionam politicamente no centro e nos que residem em Cascais, Miraflores e Restelo, quer em andares, quer em moradias.

Os problemas de índole económico-financeira, com reduzidíssima expressão, aparecem mais nos inquiridos com baixos níveis de escolaridade.

Os problemas de ambiente urbano relacionados com as condições de convivalidade/sociabilidade foram referidos pelos inquiridos residentes em zonas com condições de habitação muito díspares (por exemplo, em Cascais, por residentes em andares de qualidade elevada, e na Pedreira dos Húngaros, por indivíduos que vivem em habitações com condições precárias).

Tal como as representações de *ambiente urbano* também os problemas identificados pelos inquiridos como estando associados ao ambiente urbano são diversos, variando significativamente com os posicionamentos político-ideológicos, a escolaridade e a zona em que residem os respondentes.

Registe-se, ainda, que as representações e os problemas de *ambiente urbano* recolhidos transbordam largamente as noções correspondentes correntemente usadas nas Ciências

Sociais. A conceptualização destas questões, bem como a sua abordagem em termos políticos ou de planeamento, requerendo fundamentação não podem descurar esta diversidade de significações em jogo, diversidade essa associada a sistemas ideológico-simbólicos diferentes e ancorada em condições de vida distintas.

Responsáveis pela Degradação Ambiental em Lisboa

Depois de se terem registado os problemas de ambiente urbano mais sentidos pelos inquiridos, pediu-se-lhes para, a partir de uma lista que lhes era fornecida, dizerem quem achavam que era o principal responsável pela degradação do ambiente urbano em Lisboa.

A hierarquização de responsabilidades pouco varia com as características sociais dos respondentes: os cidadãos, seguidos das Câmaras Municipais, estão normalmente em primeiro lugar. Vêm depois, em geral, o Ministério do Ambiente, as empresas industriais, as empresas de construção civil e os turistas. As empresas de construção civil e sobretudo os turistas são os menos responsabilizados da lista e muitas vezes não são sequer apontados.

No que toca às variações com a idade, verifica-se que os inquiridos que têm mais de 65 anos responsabilizam mais as empresas industriais do que o Ministério do Ambiente. Todos os que têm idade igual ou superior a 36 anos não chegam a responsabilizar os turistas. Os mais idosos (com 65 anos ou mais) também não atribuem responsabilidades às empresas de construção civil.

Também as diferenças de grau de escolaridade não introduzem variações assinaláveis nas respostas a esta pergunta, se exceptuarmos o caso dos inquiridos que não sabem ler nem escrever que responsabilizam sobretudo as câmaras municipais, a que se seguem, então, os cidadãos. Estes e os inquiridos que frequentam o ensino superior responsabilizam mais as empresas industriais do que o Ministério do Ambiente.

Nas variações com as diferenças de classe social apenas há a registar, no caso dos trabalhadores independentes, a maior responsabilização que atribuem às empresas industriais comparativamente à que atribuem ao Ministério do Ambiente.

Os inquiridos que se posicionam à esquerda no espectro político (esquerda e centro-esquerda)

também responsabilizam mais as empresas industriais do que o Ministério do Ambiente.

Os residentes na Pedreira dos Húngaros, em Loures e na Quinta da Curreleira responsabilizam mais as Câmaras Municipais.

As empresas industriais são sobretudo responsabilizadas pelos inquiridos das zonas de Alverca, Barreiro e Oeiras, localidades com actividade industrial notória.

Registe-se, globalmente, a importância crítica atribuída às pessoas individualmente consideradas e aos poderes públicos locais na produção de degradação do ambiente urbano. Isto significa que as pessoas que responderam ao questionário reconhecem a sua parte de responsabilidade neste processo.

A auto-responsabilização, por parte dos inquiridos, pela degradação do ambiente urbano terá uma reacção clara numa disponibilização para fazer regredir essa degradação? Esta é uma questão que abordaremos a seguir, numa avaliação da mobilização social em torno das questões do ambiente urbano.

Ambiente Urbano e Cidadania

Uma das questões mais relevantes a tratar num estudo como este é a do lugar e do suporte que a defesa e a promoção da qualidade do ambiente urbano têm nos comportamentos e nas opiniões das pessoas.

Essa mobilização pode assentar em diversos factores.

Num nível mais pessoal, pode-se avaliar a dimensão dos comportamentos e disposições individuais convergentes com esse objectivo. Ainda no terreno da acção, mas agora na sua vertente colectiva e organizativa, podemos determinar graus e tipos de participação ou apoio que visem a defesa do ambiente urbano. Pode-se, ainda, ter em conta o maior ou menor apoio a diversas acções do Estado e das autarquias neste campo, e as opiniões relativamente às áreas a privilegiar nessa acção. Igualmente importante é conhecer o posicionamento das pessoas face ao crescimento económico e a sua atitude no que respeita à intervenção do Estado nas empresas com vista à regulação do ambiente na sua acepção genérica.

Em termos globais, os resultados do inquérito à população da metrópole de Lisboa descrevem um contexto em que a defesa e a promoção do ambiente urbano têm um apoio alargado, muitas vezes consensual, e relativamente consistente no que respeita à articulação entre a participação pessoal e o que é requerido

relativamente à actividade das empresas e à intervenção dos poderes públicos.

Se os problemas mais correntes de ambiente urbano não são reivindicados como alvos prioritários dos investimentos do Estado, em que sobressaem temas de ordem social, como a assistência à pobreza, a luta contra a droga e as pensões de reforma, a dimensão social do ambiente urbano, que abrange estes temas, recebe por esta via um apoio indirecto mas significativo.

À opinião largamente maioritária entre os inquiridos de que se deve fazer prevalecer a protecção e regulação do ambiente mesmo a expensas do crescimento económico, e como justificação suficiente para a intervenção do Estado nas empresas, associa-se uma prática individual regular de separação de alguns resíduos domésticos (caso do vidro e do papel) – sinal inequívoco de envolvimento pessoal – e a dominância da disposição para se alterarem hábitos de vida e participar no sentido de se enfrentarem os problemas relativos ao ambiente urbano.

Um clima de simpatia generalizada para com a acção colectiva neste âmbito, que tem correspondência, ainda que muito mais limitada, numa participação activa de carácter associativo ou semi-organizado abrangendo diversas áreas de acção de defesa e promoção do ambiente urbano, só encontra uma nota discordante no não apoio maioritário às organizações de moradores e aos movimentos de defesa da cidade (os quais contam, apesar de tudo, com participantes activos entre os inquiridos do inquérito aos residentes na metrópole de Lisboa).

Algumas medidas de intervenção do Estado e das autarquias com incidência directa na qualidade do ambiente urbano são consensualmente apoiadas pelos habitantes da metrópole de Lisboa, como sejam restringir a construção em altura, impedir que se abatam certo tipo de árvores, encerrar bombas de gasolina em prédios de habitação, obrigar restaurantes e hipermercados a recuperar/reutilizar as embalagens dos seus produtos, impedir a circulação em certas zonas da cidade, obrigar os construtores a incluir arruamentos e espaços públicos nas suas urbanizações, e multar as pessoas que deitam lixo para o chão. Outras, tais como obrigar os automobilistas a pagar pela poluição que fazem, aumentar as áreas de estacionamento pago, impôr aos proprietários a recuperação dos edifícios e o aluguer ou venda de casas fechadas, dividem mais a população inquirida. As questões do automóvel e da propriedade urbana continuam, pois, a ser as mais polémicas em termos de intervenção em meio urbano.

As bases sociais destas convergências no sentido da defesa e promoção da qualidade do ambiente urbano são outra questão relevante a ter aqui em conta. Se os inquiridos com o ensino superior, que exercem uma profissão e que se incluem nos profissionais técnicos e de enquadramento parecem constituir os suportes sociais e os protagonistas mais relevantes desta causa considerada na sua generalidade, verifica-se, contudo, que diferentes áreas e tipos de apoio distintos mobilizam pessoas de sectores sociais relativamente diferenciados.

Os inquiridos mais jovens, que têm entre 15 e 23 anos, e que na sua maioria estão a estudar, destacam-se na reivindicação de investimento do Estado na área da segurança urbana, na disponibilidade em cultivar hábitos com vista à promoção do ambiente, na defesa da intervenção estatal nas empresas com vista à regulação do ambiente, e na participação activa em acções ecologistas e na luta contra a exclusão.

Os inquiridos que estão em idade activa e a trabalhar assomam no activismo em prol das diversas áreas de acção colectiva consideradas, cada geração mostrando uma apetência particular neste campo. Os que têm entre 24 e 35 anos são dominantes nas acções de defesa de consumidores e também estão à frente na prática quotidiana de separação de resíduos, bem como no apoio à protecção do ambiente mesmo à custa do crescimento económico. Os que têm idades entre 36 e 49 anos são maioritários na participação activa em prol do património histórico e cultural e nos movimentos de defesa da cidade, sendo ainda os que mais gostariam que os automobilistas pagassem a poluição que fazem – medida polémica entre os inquiridos. Os inquiridos com idades entre os 50 e 64 anos são os que mais participam nas organizações de moradores, tipo de acção colectiva que não acolhe simpatia por parte da maioria dos respondentes.

Os indivíduos com 65 anos ou mais, na sua maioria reformados, têm uma presença relevante entre os que reivindicam investimentos na segurança urbana por parte do Estado e entre os que acham que os automobilistas deveriam pagar a poluição que fazem.

Entre os que têm (ou tiveram) uma profissão verificam-se igualmente diferenças conforme a classe social em que se enquadram. Para além dos profissionais técnicos e de enquadramento que têm uma presença de relevo generalizada na promoção da qualidade do ambiente urbano, vale

a pena destacar outros resultados. Caso dos empresários, dirigentes e liberais na reivindicação de intervenção e investimento do Estado com vista a uma maior segurança urbana, à recuperação do património e ao aumento das áreas de estacionamento pago. Dos trabalhadores independentes no sacrifício do crescimento económico face à protecção do ambiente. Ou dos empregados executantes na participação activa em organizações de moradores e na defesa da intervenção pública nas empresas com vista à regulação do ambiente. Ou ainda dos operários na reivindicação de espaços verdes.

Registe-se, ainda, a participação activa de indivíduos de todas as classes sociais nas acções colectivas de defesa dos consumidores e do património histórico e cultural, e nas organizações de moradores, o que sugere a existência de uma sustentação socialmente alargada nestas áreas²⁴.

Também as diferenças em termos de posicionamento político se reflectem em posturas e envolvimento diversificados neste campo, a merecer uma referência. A esquerda sustenta, na prática, a participação activa nas diversas áreas de acção colectiva analisadas e está à frente no apoio à protecção do ambiente mesmo com prejuízo económico. A direita destaca-se na reivindicação de recuperação do património. Os inquiridos do centro (centro-direita e centro-esquerda) afirmam maior disponibilidade para cultivar hábitos favoráveis ao ambiente, e são dominantes nas reivindicações de investimento público em estradas e vias de comunicação, e em segurança urbana, bem como na concordância em fazer pagar aos automobilistas a poluição que fazem. Os extremos (de esquerda e de direita) sobressaem na reivindicação de investimento em espaços verdes e na opinião de que o Estado deve intervir nas empresas com vista à regulação dos problemas ambientais.

Estes e os resultados anteriormente apresentados revelam que o ambiente urbano constitui claramente um *enjeu* crescentemente disputado, diversamente entendido, e foco de múltiplas estratégias sociais e políticas, o que aponta para a necessidade de se alargar a sua conceptualização e de atender a componentes várias do ambiente urbano nem sempre tidas em devida conta, como as naturais e as sociais, as condições de vida e a qualidade de vida, as preocupações locais e as globais.

²⁴ Este resultado deve, contudo, ser relativizado dado o pequeno número de inquiridos envolvidos.

Bibliografia

ALMEIDA, J. F. de (coord.), (2000), *Os Portugueses e o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora.

ALMEIDA, J. de, FERREIRA, A. C., POTT, M. (1999), *Representações Sociais da Cidade e do Campo*, Lisboa, OBSERVA, relatório de pesquisa.

BONNIN, P. e VILLANOVA, R. (dir.) (1999), *D'Une Maison à l'Autre. Parcours et Mobilités Résidentielles*, Paris, Creaphis.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1990), *Livro Verde Sobre o Ambiente Urbano* (comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento), Bruxelas, 25 de Julho.

COSTA, A. F. da (1985), “Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros”, in *Análise Social*, vol. XXI, (87-88-89), pp. 735-756.

FERREIRA, V. M. (1994), “Qualidade de vida urbana e metropolitana – apostas para uma requalificação da quantidade”, in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Associação Portuguesa de Sociologia.

FERREIRA, V. M., CASANOVA, J. L., CASTRO, A. (coord.) (2000), *Ambientes Urbanos em Lisboa*, relatório de pesquisa, OBSERVA-CET.

NAVE, J.G. (coord.) (1999), *Contextos Institucionais de Acção Colectiva e Participação na Área das Políticas de Ambiente*, Lisboa, OBSERVA, relatório de pesquisa.

PARTIDÁRIO, M. R. (1993), “Ambiente urbano - a necessidade de identificação e controlo dos seus parâmetros de qualidade”, *Sociedade & Território*, nº 18.

SCHMIDT, L. (1999), *Ambiente e Natureza no Ecrã: Emissões Televisivas, Remissões Culturais*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.